

Opinião

Observatório Social do Brasil: escola de cidadania

BELONICE SOTORIVA

Apresentar o Observatório Social do Brasil (OSB) torna-se uma tarefa gratificante quando realmente se acredita na missão de reforçar valores, que deve estar inserida no cotidiano de cada cidadão e que é uma via de mão dupla, no momento em que abarca direitos e deveres. Desde que surgiu, em 2008, o OSB exerce empenho permanente no controle social e na cidadania. Ao levantar temas, acompanhar ações e disseminar conhecimento, une esforços da sociedade civil na busca por um País que traduza o que os brasileiros esperam do lugar onde vivem.

O OS está presente em 150 municípios e conta com o suporte de voluntários engajados e valerosos, o que permite atuar em todo o território nacional, desenvolvendo um trabalho padronizado, de grande responsabilidade perante a sociedade. Todo esse esforço conjunto é recompensado quando se contribui, por exemplo, para uma

economia de quase R\$5 bilhões em compras públicas locais.

Uma forma de reconhecimento da sociedade veio por meio da Escola da Cidadania (EDC), que foi premiada como Iniciativa de Sucesso e Boas Práticas de Educação e Capacitação Profissional, do Manifesto Brasil 5.0 - Protagonista na Transformação Digital. O projeto envolve dezenas de profissionais e de organizações para desenvolver os pilares da transformação digital global: pessoas, sociedade, negócios, governo e economia. O trabalho desenvolvido também alinha o Sistema à Estratégia Brasileira para Transformação Digital, visando empoderar o cidadão para a conquista ativa da justiça social. A EDC funciona como canal de capacitação a distância, oferecendo aos cidadãos de todas as idades e classes, estudantes e professores, empresários, membros dos conselhos municipais de políticas públicas, a oportunidade de adquirir e aprimorar seus conhecimentos em temas relevantes para o pleno exer-

cício da cidadania.

Além disso, a escola disponibiliza capacitação para os próprios observadores associados ao Sistema OSB e a outras organizações de controle social. Já tem um histórico de oferta de cursos também para empresários, especialmente dos pequenos negócios, sobre compras governamentais e integridade na relação público-privada; assim como, outros temas para gestores, servidores públicos e vereadores, com foco em processo licitatório, fiscalização de contratos, controladoria interna e produção legislativa.

A metodologia do OSB é colocada à disposição de todo cidadão, porém é perceptível que muitos brasileiros ainda desconhecem o tema controle social. Mesmo inseridos no contexto democrático do nosso regime político, observar e acompanhar a aplicação de recursos públicos por aqueles que foram legitimados para tanto e exigir a condução ética em todo o processo, ainda não configura uma prática adotada pela sociedade. Tor-

nar isso uma prática, que permita maior transparência e análise dos atos públicos por parte do cidadão, é um dos pilares que sustentam nossa caminhada na busca por um Brasil do qual todos nós nos orgulhamos. É, todo brasileiro pode abraçar essa missão!

Acesse o site escoladacidadeania.osbrasil.org.br e conheça mais sobre a EDC, os cursos que oferece, que na maioria são gratuitos e abertos, inclusive com a possibilidade de desenvolver cursos, webinars e palestras personalizadas para as organizações, conforme os temas de interesse, especialmente, na área de integridade e formação para cidadania.

É pela educação que vamos construir um Brasil íntegro e livre de corrupção.

CONTADORA, PRESIDENTE DO OBSERVATÓRIO SOCIAL DO BRASIL E INTEGRANTE DA COMISSÃO DE ESTUDOS DO VOLUNTARIADO DO CRCRS.



LUIZA PRADO/JC

A metodologia do OSB está à disposição de todo o cidadão, porém é perceptível que muitos brasileiros ainda desconhecem o tema controle social

Tributos

Impostos têm peso maior para a camada mais pobre da população, afirma Ipea

A cobrança de impostos sobre patrimônio (IPTU e IPVA) e de contribuições previdenciária tende a consumir uma fatia maior da renda de famílias mais pobres do que no caso dos mais ricos, segundo estudo inédito do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) obtido pelo Estadão/Broadcast.

O Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF), embora tenha alíquotas que aumentam quanto maior é o salário, acaba perdendo o caráter progressivo nos estratos mais elevados da população, que têm isenção sobre lucros e dividendos.

A chamada "regressividade" tributária (ou seja, quando o imposto pesa mais sobre os mais pobres) é analisada pelo pesquisador do Ipea Pedro Humberto Carvalho com base em dados de 57 mil domicílios obtidos pela Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), levada a campo pelo IBGE em 2008/2009 e 2017/2018.

Foram analisados quatro tributos: IPTU (municipal), IPVA (estadual), contribuição previdenciária e IRPF (ambos federais). Desse grupo, o mais regressivo, ou seja, que pesa muito mais no bolso dos mais pobres, é o IPVA.

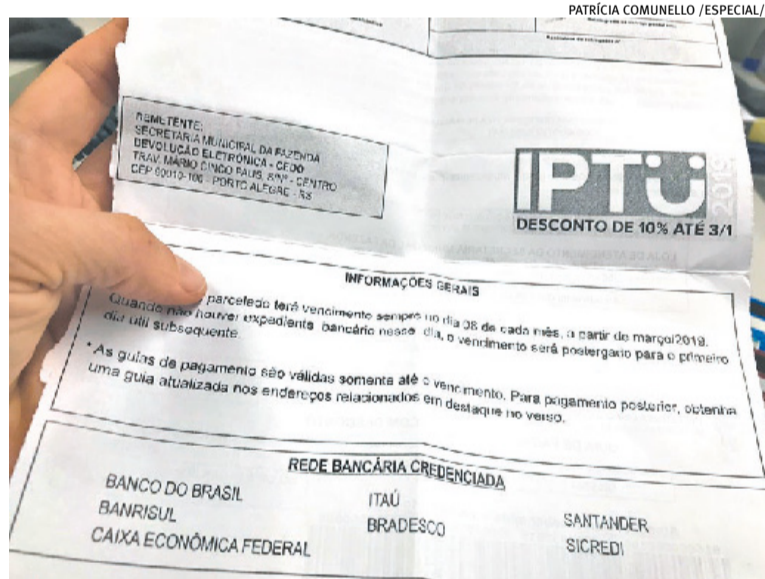
Para saber se a estrutura do tributo é regressiva ou não, o pesquisador efetuou um recorte ape-

nas dos domicílios que eram contribuintes efetivos de cada um dos tributos.

No estudo, Carvalho também traz sugestões de como atacar os problemas. O diagnóstico vem a poucos dias de a proposta de reforma tributária em tramitação no Congresso finalmente ganhar um parecer, após mais de um ano de trabalho da comissão mista e de discussões sobre incluir ou não Estados e municípios no alcance das mudanças. O presidente da Câmara, Arthur Lira (Progressistas-AL), prometeu a divulgação do relatório na próxima segunda-feira, dia 3 de maio.

Entre os que recolhiam IPVA, o imposto consumiu 2,2% da renda de quem ganhava até três salários mínimos, porcentual que foi caindo até atingir apenas 0,7% de quem tinha ganhos superiores a 36 salários mínimos. Segundo Carvalho, a regressividade do IPVA já existia na POF de 2008/2009, mas se acentuou no período mais recente com o aumento da aquisição de motocicletas pelas famílias de classe mais pobres, 19% tinham motocicleta ou automóvel em 2008-2009, porcentual que saltou a 38% na década seguinte.

O maior problema, diz o pesquisador, é que o Supremo Tribu-



Muitas famílias deixam de quitar tributos sobre o patrimônio, como IPTU

nal Federal (STF) entende como inconstitucional a cobrança de alíquotas conforme a capacidade contributiva ou valor do veículo, o que tornaria o imposto mais progressivo (ou seja, pesaria menos para os mais pobres). Hoje, a diferenciação é permitida apenas de acordo com a classe do automóvel.

"Hoje tem seletividade, não progressividade. E não se tributa embarcações nem jatos ou aeronaves particulares. Os ricos acabam não pagando. Então, numa reforma tributária, seria possível ampliar a base de cálculo do IPVA", afirma. Uma iniciativa ao alcance de governadores para ten-

tar amenizar a incidência sobre famílias de menor renda seria elevar as alíquotas e conceder descontos a todos.

No caso do IPTU, os domicílios com renda de até três salários mínimos destinam 1,1% de sua renda ao pagamento do imposto, ante 0,7% entre quem ganha 12 salários mínimos ou mais.

Segundo Carvalho, muitas famílias não recolhem IPTU porque moram de aluguel, estão em área rural, são isentas ou podem estar inadimplentes. Mas o desenho do tributo acaba favorecendo de forma desproporcional aquelas que vivem em regiões valorizadas

e, conseqüentemente, detêm patrimônio de maior valor.

"Para atualizar uma planta genérica de valores, o município precisa de aprovação da Câmara, um processo político que ainda passa pelo crivo do Judiciário. É muito difícil politicamente. Além de uma cobrança defasada, acaba sendo injusta", afirma.

A contribuição previdenciária também se mostrou regressiva, segundo o estudo. Famílias com renda de até três salários destinavam 4,5% à previdência, mais que os domicílios com renda superior a 36 salários (3,4%).

O IRPF é o único imposto que não mostrou estrutura regressiva. Até três salários mínimos, não há sequer incidência. Acima disso, o porcentual da renda destinada ao pagamento é de 2,9% até 12 salários mínimos, chegando a 9,1% acima de 36 pisos.

No entanto, há uma estagnação nessa progressividade quando se atinge o 1% mais rico da população. As principais causas, segundo o pesquisador, são a pejetização (profissionais liberais com ganhos elevados e que pagam imposto como pessoa jurídica), isenção de lucros e dividendos, prevalência de rendimentos que não vêm do trabalho (aluguéis, ganhos de capital, investimentos financeiros) e maior facilidade em sonegar.